

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507 - 5ª andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores do
Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (“Entidade” ou “CRAMI”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

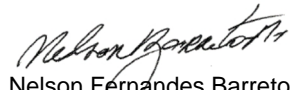
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de maio de 2021



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	319.934	375.696
Aplicações financeiras	5	107.254	22.680
Subvenções, convênios e parcerias a receber	6	710.846	693.428
Tributos a recuperar	-	720	721
Despesas antecipadas	-	17.595	-
Total do ativo circulante		<u>1.156.349</u>	<u>1.092.525</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	106.499	119.694
Intangível	-	363	456
Total do ativo não circulante		<u>106.862</u>	<u>120.150</u>
Total do ativo		<u>1.263.211</u>	<u>1.212.675</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	3.481	2.620
Obrigações trabalhistas e sociais	8	228.072	308.905
Impostos a recolher	-	761	739
Convênios, subvenções e parcerias	9	887.197	761.531
Total do passivo circulante		<u>1.119.511</u>	<u>1.073.795</u>
Patrimônio social	11	143.700	138.880
Total do passivo e patrimônio social		<u><u>1.263.211</u></u>	<u><u>1.212.675</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações do superávit (déficit) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	12	3.190.651	3.020.000
Despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	13	(2.138.928)	(1.985.680)
Despesas administrativas	14	(555.799)	(425.183)
Outras receitas e despesas, líquidas	15	(482.711)	(463.957)
		<u>(3.177.438)</u>	<u>(2.874.820)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>13.214</u>	<u>145.180</u>
Despesas financeiras	16	(8.394)	(7.489)
Superávit (déficit) do exercício		<u>4.820</u>	<u>137.691</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações do superávit (déficit) abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	4.820	137.691
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>4.820</u>	<u>137.691</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.189	1.189
Superávit do exercício	137.691	137.691
Saldos em 31 de dezembro de 2019	----- 138.880 -----	----- 138.880 -----
Superávit do exercício	4.820	4.820
Saldos em 31 de dezembro de 2020	----- <u>143.700</u>	----- <u>143.700</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	4.820	137.691
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	34.747	29.110
Decréscimo (acrécimo) nas contas de ativo:		
Subvenções, convênios e parcerias a receber	(17.418)	(139.000)
Despesas antecipadas	(17.595)	2.568
Acrécimo (decrécimo) nas contas de passivo:		
Fornecedores e outras obrigações	884	933
Obrigações sociais, trabalhistas	(80.833)	5.574
Convênios, subvenções e parcerias	125.666	38.459
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	50.271	75.335
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(84.574)	8.472
Aquisição de ativo imobilizado	(21.459)	(21.225)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(106.033)	(12.753)
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa no exercício	(55.762)	62.582
Demonstração da variação de caixa e equivalência de caixa		
Caixa e equivalente no início do exercício	375.696	313.114
Caixa e equivalente no final do exercício	319.934	375.696
Aumento (redução) em caixa e equivalente de caixa no exercício	(55.762)	62.582

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Centro Regional De Atenção Aos Maus Tratos Na Infância, denominado CRAMI, foi fundado em 04/07/1985, constituída sob a forma de associação, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.149.562/0001-20, de caráter assistencial, cultural, científico e de promoção de direitos, de fins não econômicos, Organização de Sociedade Civil (OSC) e beneficente de Assistência Social, portadora Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, atualmente concedida e protocolizada sob o nº 71000.059802/2017-21 pelo Ministério de Desenvolvimento Social, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas sob o nº 33E, com sede e foro à Rua Suzeley Norma Bove, 274, Vila Brandina, na cidade de Campinas/SP e com duração indeterminada.

Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social ou pessoal.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada 31 de maio de 2021.

1.1. Impactos da COVID-19

O Centro Regional De atenção aos Maus Tratos Na infância (CRAMI) avalia constantemente o impacto do COVID-19 nas atividades, buscando implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos da pandemia. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de home office para as áreas administrativas e de atendimento durante o ano de 2020;
- Maior controle de despesas em geral;

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em sua atividade, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a OSC (organização de sociedade civil), concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação as suas demonstrações contábeis.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas na Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade

b) **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

d) **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) **Ativos financeiros**

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Contas a receber de subvenções, convênios e parcerias

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos contratos representativos desses créditos, onde usualmente correspondem possuem prazo de vigência de 12 meses.

b) **Ativos não circulantes**

Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- Custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que o item seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras despesas operacionais líquidas, no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

iii) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

c) Provisão para “Impairment”

A Entidade avalia os valores de recuperação de seus bens do ativo imobilizado, constituindo provisão para recuperação quando identificadas evidências de problemas de recuperação.

d) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

É registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Entidade em conjunto com seus assessores legais, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

e) Receitas próprias, subvenções e parcerias

A entidade deve reconhecer as subvenções governamentais da seguinte forma:

- (a) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidas e certas;
- (b) A subvenção que impõe determinadas condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas;
- (c) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receita serem satisfeitos são reconhecidas como um passivo.

Entidade deve mensurar as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As receitas de subvenções e patrocínios são realizadas ao longo do período do contrato através das prestações de contas realizadas, onde usualmente possuem um prazo de vigência de 12 meses.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre aplicações CDB. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas e despesas bancárias e descontos concedidos

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

h) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta de cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios está composta na nota explicativa nº 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata (sem restrições).

Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor:

	2020	2019
Caixa	243	501
Bancos	2.772	10.656
Aplicações de liquidez imediata (i)	316.919	364.539
Total	319.934	375.696

(i) A taxa de remuneração refere-se a 90% a 100% do CDI referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de aplicação financeira corresponde ao montante de R\$ 107.254 e R\$ 22.680, respectivamente. Essas aplicações têm como objetivo a utilização específicas em projetos determinados através de subvenções governamentais e entidades sem fins lucrativos, não podendo ser utilizado para outros fins.

6. Subvenções, convênios e parcerias a receber

	2020	2019
FMAS Municipal	610.686	529.697
FMDCA/Eventuais	43.451	127.978
Fundação FEAC	56.709	35.753
Total	710.846	693.428

Em 31 de dezembro de 2020 todos os saldos de contas a receber estão a vencer.

A Administração da Entidade entende que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito esperadas para resguardar quanto a eventuais não recebimentos futuros do contas a receber com subvenções, convênios e parcerias.

7. Imobilizado

	(%) taxa média anual de depreciação	2020	2019
Móveis e utensílios	10%	61.487	57.348
Máquinas e equipamentos	10%	30.836	24.505
Equipamentos de informática	20%	129.289	122.615
Equipamentos de comunicação	10%	7.272	2.957
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.502	93.502
Biblioteca	0%	636	636
Veículos	10%	-	-
Total custo		323.022	301.563
Depreciação acumulada	-	(216.523)	(181.869)
Imobilizado líquido		106.499	119.694

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Em 31 de dezembro de 2018	354.430	(226.944)	127.486
Adições	21.225	(29.017)	(7.792)
Baixas	(74.092)	74.092	-
Em 31 de dezembro de 2019	301.563	(181.869)	119.694
Adições	21.459	(34.654)	(13.195)
Em 31 de dezembro de 2020	323.022	(216.523)	106.499

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2020	2019
Salários	-	98.505
INSS	13.917	12.861
FGTS	15.743	14.240
IRRF	12.526	17.194
Férias	185.886	166.105
Total	228.072	308.905

9. Convênios, subvenções e parcerias

	2020	2019
FMAS Municipal	689.246	531.097
FMDCA/Eventuais	78.672	148.513
Fundação FEAC (i)	114.906	78.783
Outros	4.374	3.138
Total (i)	887.197	761.531

- (i) A Entidade possui contratos firmados entre as partes, com base em um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico do projeto, no qual, ao término é feita a prestação de contas aos conveniados, prefeituras e parceiros.

10. Contingências

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração entendeu que não há processos em curso com probabilidade de perda provável e possíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelos superávits e/ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Desta forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. Receita líquida

	2020	2019
Receitas próprias (i)	233.520	319.348
Receitas de subvenção/Co-financiamento/Convênios (ii)	2.412.357	2.121.392
Parcerias com entidades sem fins lucrativos (ii)	62.063	125.541
Receitas de benefícios fiscais (iii)	482.711	453.719
Total da receita líquida	3.190.651	3.020.000

- (i) Refere-se a doações de pessoas físicas e jurídicas, vendas de bens e produtos; promoções e eventos, donativos, nota fiscal paulista e vendas de bens patronais.
- (ii) Refere-se a receitas de auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade obtidos com órgãos convenentes, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 02/2016 do TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (iii) Refere-se ao valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS/RAT/TERCEIROS, com fulcro nos requisitos estabelecidos pelos artigos 3º ao 20º da Lei nº 12.101/2009, integralmente aplicados na área da Assistência Social.

Segue abertura detalhada por natureza de receita:

	2020	2019
Receitas próprias		
Contribuições e doações pessoa física	43.960	11.753
Contribuições e doações pessoa jurídica	48.129	59.563
Captação de recursos para custeio	-	11.462
Promoções e eventos	26.380	50.566
Recuperação de despesa	-	67.166
Donativo Sanasa	9.274	8.149
Nota fiscal paulista	97.203	60.479
Venda de bens patrimoniais	-	34.896
Receitas financeiras	8.574	15.314
Total	233.520	319.348
Receitas de subvenção/Co-financiamento/Convênios		
FMAS Municipal	2.284.595	2.114.405
FMDCA	125.904	4.195
FMDCA Ativo imobilizado	696	636
Aplicações financeiras	1.162	2.156
Total	2.412.357	2.121.392
Parcerias com entidades sem fins lucrativos		
Fundação FEAC	61.876	125.481
FEAC ativo imobilizado	187	60
Total	62.063	125.541
Benefício fiscal		
Cota patronal	465.950	437.965
PIS	16.761	15.754
Total	482.711	453.719
Total	3.190.651	3.020.000

13. Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	(1.400.047)	(1.127.860)
Férias	(152.721)	(148.711)
13º salário	(124.396)	(116.276)
Encargos sociais	(133.702)	(302.400)
Benefícios com alimentação, assistência médica e odontológica	(317.704)	(269.582)
Outros	(10.358)	(20.851)
Total	(2.138.928)	(1.985.680)

Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos, a Instituição identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante os exercícios de 2020. O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntariados bem como seu nível de formação técnica, o montante foi estimado em R\$ 663.461 (R\$ 637.453 em 31 de dezembro de 2019).

14. Despesas administrativas

	2020	2019
Materiais e suprimentos	(62.171)	(55.235)
Manutenção e reparos	(81.271)	(52.090)
Serviços com terceiros	(291.051)	(186.122)
Água e esgoto	(10.699)	(9.596)
Energia elétrica	(12.904)	(13.566)
Telefone	(11.649)	(10.139)
Combustíveis	(18.395)	(19.754)
Seguros	(603)	(3.187)
Depreciação	(34.654)	(29.017)
Amortização	(93)	(93)
Outros	(32.309)	(46.384)
Total	(555.799)	(425.183)

Para os anos de 2020 e 2019, prestação de serviços de auditoria foram fornecidos pela Grant Thornton Auditores Independentes a título de gratuidade no montante de R\$ 50.729.

15. Outras despesas operacionais, líquidas

	2020	2019
Impostos e taxas	(8.125)	(10.238)
Benefício Fiscal Usufruído (a)	(474.586)	(453.719)
Total	(482.711)	(463.957)

(a) De acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas, sob o título de Cota Patronal INSS conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Cota patronal INSS	(465.950)	(437.965)
PIS	(16.761)	(15.754)
Total	(482.711)	(453.719)

16. Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(7.394)	(7.004)
Outras despesas	(1.000)	(485)
Total	(8.394)	(7.489)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme Notas Explicativas nºs 4 e 5). A Entidade não possui empréstimos com terceiros.


Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Entidade. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e aplicações financeiras em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade e monitorada pela diretoria do CRAMI, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Entidade investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas




* * *

José Tadeu Seganti Santomauro
Diretor Presidente Voluntário



Amaury Cezar Rossi
Vice-Presidente Financeiro Voluntário



Domingos Barros de Lima
Contador CRC 1SP 231825/O-8